



O LUGAR DAS FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS/HOMOMATERNAS NOS PRODUTOS EDUCACIONAIS: ENTRE SILÊNCIOS E POSSIBILIDADES

***Eixo Temático: GÊNERO E SEXUALIDADES NO CONTEXTO
ESCOLAR COMO RESISTÊNCIAS INVENTIVAS: O QUE PODE O
“CHÃO DA ESCOLA”?***

Élida Tavares da Silva Escorcio¹
Daniel Valério Martins²

RESUMO

Este estudo investigou Produtos Educacionais (PEs) voltados à inclusão de famílias homoparentais/homomaternas no espaço escolar, evidenciando a expressiva escassez de materiais dedicados a essa temática. A análise demonstrou que, embora abordem a diversidade familiar, os recursos encontrados apresentam fragilidades conceituais e carecem de estratégias pedagógicas que viabilizem sua efetiva aplicação na prática escolar. Tal lacuna compromete a formação docente quanto à acolhida de configurações familiares não heteronormativas e contribui para sua invisibilização, evidenciando a urgência de PEs mais consistentes, sensíveis e contextualizados à realidade da escola pública.

Palavras-chave: Produtos Educacionais, Famílias Plurais, Educação em Direitos Humanos, Educomunicação.

INTRODUÇÃO

A visibilidade de configurações familiares plurais no contexto escolar é uma demanda crescente diante da consolidação dos Direitos Humanos como referencial para uma educação inclusiva. Apesar dos avanços legais que reconhecem famílias formadas por casais do mesmo sexo, observa-se uma lacuna significativa entre o reconhecimento jurídico e as práticas pedagógicas nas escolas, que ainda reproduzem modelos familiares

¹ Mestranda - PPGEnEB - Urutaí – GO. elida.escorcio@estudante.ifgoiano.edu.br;

² Professor Doutor Orientador no PPG-ENEB do IF-GO. E-mail institucional: danielvalerio@usal.es



hegemônicos. Nesse sentido, este trabalho investiga a presença ou ausência da temática das famílias homoparentais e homomaternais em Produtos Educacionais (PEs) produzidos por programas de Mestrado Profissional em Ensino e propõe uma cartilha como resposta formativa a essas lacunas.

Este relato de experiência visa compartilhar um percurso investigativo que inspire outras práticas pedagógicas e convide à reflexão crítica sobre o papel dos programas de Mestrado Profissional e seus Produtos Educacionais na promoção da diversidade no contexto escolar. Mais do que apresentar resultados, busca-se narrar uma vivência de pesquisa e formação comprometida com a transformação social.

A pesquisa parte da compreensão de que os PEs, enquanto instrumentos de intervenção direta no contexto escolar, têm potencial para transformar a formação docente e fomentar o acolhimento da diversidade. O estudo alinha-se à Educação em Direitos Humanos e à pedagogia da diferença, adotando uma abordagem qualitativa descritiva. Dentre os objetivos, destacam-se: analisar PEs que abordam famílias homoparentais/homomaternais; identificar lacunas e avanços nessas produções; e propor um PE que contribua com a formação de professores da Educação Infantil. A discussão dos resultados permite visualizar caminhos para tornar a escola um espaço de efetiva inclusão.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A metodologia adotada é de caráter qualitativo, com foco descritivo e analítico. Utilizou-se o método do Estado da Arte para levantamento de Produtos Educacionais que abordassem o tema da homoparentalidade/homomaternidade no contexto da Educação Básica. As buscas foram realizadas nas plataformas EduCAPES, sites de ONGs e repositórios institucionais, priorizando materiais entre os anos de 2006 a 2021. Os critérios de inclusão consideraram produções que tratam diretamente da inclusão de famílias homoparentais na escola; materiais que abordavam apenas gênero ou sexualidade em geral foram excluídos.

A análise dos materiais foi realizada com base em categorias como: público-alvo (professores/as, comunidade em geral ou sistema judiciário), formato (cartilha, e-book, slide) e abordagem conceitual (presença de referências teóricas e práticas inclusivas). A



interpretação dos dados levou em conta os preceitos da Educação em Direitos Humanos e os critérios estabelecidos pela CAPES para a avaliação de PEs.

REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho ancora-se em autores que discutem os Direitos Humanos (BOBBIO, 1992; COMPARATO, 2019), a Educação em Direitos Humanos (CANDAU, 2011), e os processos de exclusão e estigmatização social de famílias plurais (FOUCAULT, 1976; BOSWELL, 1980; BENTO, 2014; TREVISAN, 2000). Apresenta também o conceito de sobreculturalidade (MARTINS, 2023), que permite entender as escolas como espaços em que diferentes culturas se interpenetram, tornando necessária a criação de práticas educativas sensíveis à pluralidade.

O trabalho também considera os fundamentos teóricos que orientam a construção dos Produtos Educacionais (RIZZATTI et al., 2020; SILVA, 2022; BATALHA, 2019), compreendidos como ferramentas político-pedagógicas capazes de promover mudanças concretas no cotidiano escolar, desde que alinhadas às necessidades do público-alvo e aos princípios da Educação para a diversidade.

Incorpora-se também o conceito de Educomunicação, conforme proposto por Soares (2000), que entende a articulação entre educação e comunicação como uma estratégia para ampliar o diálogo, a escuta e a participação no ambiente escolar. A partir dessa perspectiva, propõe-se o uso de vídeos como recurso formativo, favorecendo práticas pedagógicas mais sensíveis e inclusivas, especialmente no acolhimento da diversidade familiar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise contemplou cinco Produtos Educacionais produzidos no Brasil entre 2006 e 2021. Três deles se apresentavam em formato de e-book, um como cartilha e um como slide utilizado em formação docente. Identificou-se que apenas um material foi elaborado com linguagem acessível diretamente voltada aos professores, com proposta dialógica e exemplos práticos. Os demais, ainda que pertinentes, ou mantinham uma



abordagem excessivamente acadêmica, dificultando a aplicação prática, ou se dirigiam a outros públicos, como juristas e pesquisadores.

Os dados demonstram a escassez de materiais pensados específica e prioritariamente para professores da Educação Infantil e para o enfrentamento das situações de exclusão ainda recorrentes nas comemorações escolares como o "Dia da Família". Tal lacuna evidenciou a urgência de uma proposta que incorpore linguagem sensível, imagens não estigmatizantes e fundamentação teórica acessível, culminando na proposição de uma 3 videos de 5 a 8 minutos que abordarão práticas político-pedagógicas que promovem a inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que os Produtos Educacionais são recursos potentes para formar professores/as sensíveis às demandas contemporâneas da Educação Básica. No entanto, ainda são incipientes as produções que efetivamente abordam a homoparentalidade/homomaternidade em uma perspectiva de Direitos Humanos e de formação docente. A ausência dessa temática contribui para a manutenção da invisibilidade dessas famílias nas escolas.

Ao compartilhar esta experiência de pesquisa, busca-se contribuir com um movimento coletivo que reconheça os educadores como sujeitos de práxis e encoraje novas possibilidades de escuta, acolhimento e transformação da realidade escolar.

Diante disso, propõe-se a elaboração de uma cartilha digital voltada à formação de professores da Educação Infantil, que contribua para o acolhimento da diversidade familiar e para a promoção de práticas educativas que superem a lógica da tolerância e avancem rumo à inclusão efetiva.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA AIDS. Brasil continua sendo o País que mais mata pessoas LGBT's no mundo, revela estudo do Grupo Gay da Bahia. 2022. <https://agenciaaids.com.br/>.



BATALHA, E. R. de C. Recomendações técnicas para construção dos produtos educacionais. Guia (Produto Educacional de Mestrado) – Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Câmpus Pelotas Visconde da Graça. 2019. 44 f.

BARBOSA, F. M. da S.; ARAÚJO, I. M. de. Família, Famílias: tecendo fios, desatando nós. In: ARAÚJO, Iara Maria de (org.). Diferenças, identidades e práticas educativas: entrelaçando família, gênero e sexualidade. Crato: Quipá Editora, 2021.

CARNUT, L; FAQUIM, J. Conceitos de família e a tipologia familiar: aspectos teóricos para o trabalho da equipe de saúde bucal na estratégia de saúde da família. <https://doi.org/10.14295/jmphc.v5i1.198>. 2014.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Relatório do Grupo de Trabalho de Produção Técnica e Tecnológica. Brasília: CAPES, 2019. p. 5.

_____. Portaria CAPES 171/2018 – Instituição do grupo de Trabalho Produção Técnica. Disponível: www.capes.gov.br/pt/relatorios-tecnicos-dav. Data do último acesso: 23/04/2023.

_____. Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996. Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal, que reconhece como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 maio 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19278.htm. Acesso em: 02/03/2024.

_____. Comissão de Constituição e Justiça. Jurisprudência aprovada em 2013 que determina que cartórios realizem o casamento civil para casais do mesmo sexo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://www.stf.jus.br>. Acesso em: 02/03/2024.

CARNUT, L.; FAQUIM, L. R. Homoparentalidade e suas implicações sociais. In: Diversidade sexual e relações familiares: novas formas de parentalidade e seus desafios jurídicos. São Paulo: Editora XYZ, 2014.

GIROUX, H. A. Professores como Intelectuais Transformadores. In: GIROUX, Henry A. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, 157-164.

GONCALVES, C. E. L. C. et al. desafios para os Produtos Educacionais nos Mestrados Profissionais nas áreas de Ensino e Educação. Educitec, Manaus, v. 05, n. 10, p. 74-87, mar. 2019. Edição especial.

GROSS, J. Revisitando a possibilidade de adoção por casais homossexuais: aspectos constitucionais e civis da paternidade homoparental. In: . In: A educação em suas



dimensões pedagógica, política, social e cultural. Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

JESUS, M. C. de; SILVA, C. R. da. Filhos(as) de casais homoafetivos: em discussão o direito e a diversidade sexual no espaço escolar. In: SILVA, Claudionor Renato da (Org.). Pesquisas sobre cultura nas ciências da educação. Curitiba, PR: Bagai, 2020.

NASCIMENTO-E-SILVA, Daniel. Aspectos Relevantes na Construção de Produtos Educacionais no Contexto da Educação Profissional e Tecnológica. ResearchGate, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/338038282>. Acesso em: 31 out. 2024.

OLIVEIRA, P. Homoparentabilidade e Escola - A relação entre as famílias homoafetivas com filhos e a escola. Trabalho apresentado no 6º Encontro de Formação Continuada dos Professores do Município de Carapicuíba, São Paulo.

RIZZATTI, I. M., et al. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. ACTIO, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020.

RÔÇAS, G.; BOMFIM A. M. do. Do embate à construção do conhecimento: a importância do debate científico. Ciênc. Educ., Bauru, v. 24, n. 1, p. 3-7, 2018. <https://doi.org/10.1590/1516-731320180010001>.

ROSA, C. W. da; LOCATELLI, A. Produtos educacionais: diálogo entre universidade e escola. Ensino de Ciências e Tecnologia em Revista, vol. 8, n. 2, 2018, p. 26.

SILVA, J. da. Elementos Essenciais na Construção de Produtos Educacionais no Mestrado Profissional. São Paulo: Editora Acadêmica, 2022, p. 54-56.

SILVA, R. O. da. Et al. A relevância dos testes de produto na construção de artefatos educacionais nos mestrados e doutorados profissionais no Brasil. X Congresso de Engenharias da UFSJ - ISSN 2237-0358. 2021.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2011. Disponível em: https://statics-americanas.b2w.io/produtos/7415522/documentos/7415522_1.pdf. Acesso em: 8 abr. 2025.

ZAMBRANO, E.; LOREA, R.; MYLIUS, L.; MEINERZ, N.; BORGES, P. O Direito à Homoparentalidade: Cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais. Porto Alegre: Instituto de Acesso à Justiça, 2006.